TL2857

Partido Comunista Português
Grupo Confederal Parlamento Europeu
Esquerda Unitária Europeia
Esquerda Verde Nórdica

EURODEPUTADOS DO PCP CONDENAM ACONTECIMENTOS DE TIMOR-LESTE

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu vão apresentar uma proposta de resolução na próxima sessão plenária, que decorre entre os dias 17 e 21 de Junho em Estrasburgo, condenando os recentes acontecimentos registados em Timor-Leste que, segundo as últimas informações, resultaram no assassinato de oito timorenses pela forças de ocupação indonésias.

A proposta de resolução, além de reafirmar a solidariedade com o povo de Timor-Leste na sua luta pela auto-determinação, condena a repressão militar indonésia no território e a perseguição, desrespeito e destruição dos traços e valores culturais e religiosos do povo timorense. Desrespeito esse que, aparentemente, esteve na origem destes últimos incidentes.

É também reiterado o apelo à comunidade internacional, e principalmente aos governos dos Estados-membros, para que suspenda a venda de armas e toda a assistência militar à Indonésia (o que ainda recentemente foi feito pela Suécia com a venda de material e pelos EUA com o recente restabelecimento de um programa de treino às forças armadas daquele país).

A proposta apela ainda ao Conselho de Ministros da UE para que publique o mais rapidamente possível a sua posição comum sobre Timor que, aliás, já foi aprovada em Novembro do ano passado.

A este propósito, e atendendo aos recentes desenvolvimentos da chamada "crise das vacas loucas", não se pode deixar de lamentar que o governo britânico tenha inviabilizado, na reunião do Conselho de Ministros da passada segunda-feira, a divulgação da posição comum da União Europeia sobre Timor que, entre outras coisas, apela à introdução por parte das autoridade indonésias de medidas efectivas de respeito pelos direitos humanos.

Sem pôr em causa o direito de um Estado inviabilizar a aprovação de medidas que lhe possam ser prejudiciais, lamenta-se que os recentes acontecimentos de Baucau venham demonstrar que sempre que estão em causa direitos humanos também está em causa uma questão de vida ou de morte; as questões de direitos humanos não devem ser secundarizadas relativamente a outros temas, nomeadamente interesses comerciais e económicos, nem muitos menos utilizadas como moeda de troca ou instrumento de pressão para garantir a exportação de sémen de boi.

À semelhança do que aconteceu em situações anteriores, estão entretanto está a decorrer contactos com os demais partidos politicos portugueses representados no PE por forma a que, se chegue a plenário com uma proposta de resolução comum, o que facilitará a sua aprovação.

Bruxelas, 12 de Junho de 1996